



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da União Nacional da Construção - UNC**

**Palácio do Planalto, 13 de dezembro de 2006**

Eu queria cumprimentar o meu companheiro José Alencar,  
Cumprimentar a ministra Dilma,  
Cumprimentar o Márcio, o Furlan,  
Cumprimentar o companheiro Guido,  
O Paulo Bernardo, que não está aqui,  
Os demais ministros que estão aqui presentes,

Bem, primeiro, já faz algum tempo que nós decidimos fazer os investimentos numa política pública que possa beneficiar o setor da construção civil no Brasil. Já faz mais de um ano que nós temos tentado desonerar, aprovar coisas que facilitem a regulação do setor. A Lei da Afetação foi uma coisa extremamente importante e, agora, estamos discutindo, outra vez, dentro do governo, quais as outras medidas que nós precisamos tomar para destravar definitivamente o setor produtivo brasileiro.

Todos vocês sabem que o sonho do crescimento do Brasil não é de hoje. Eu, certamente, não sou o primeiro presidente e nem serei o último presidente a falar em crescimento econômico. Vocês, certamente, não serão os primeiros nem os últimos empresários a desejarem um crescimento econômico mais forte.

Mas o dado concreto é que desde 1980 a economia brasileira está vivendo com crescimentos aquém das necessidades do País, portanto, já faz 26 anos e não 26 dias. E vocês, do setor da construção civil, sabem perfeitamente bem que, nesses últimos 20 anos, a situação de vocês ficou extremamente delicada e afetada, porque se vendia menos imóveis, porque se



construía menos imóveis e porque, cada vez mais, se disponibilizava menos dinheiro para o setor da construção civil.

Nós tomamos a decisão, porque nós não queremos mais repetir o primeiro mandato. O primeiro mandato cumpriu uma etapa: estabilizamos a economia, provamos que é possível controlar a inflação, provamos que é possível manter a política fiscal séria, provamos que é possível conviver com a política de responsabilidade fiscal. Estamos provando a nós mesmos que é possível o País ser administrado sem gastar mais do que aquilo que ele pode receber, sobretudo quando se trata de gastos do próprio governo.

Mas, ao mesmo tempo, estamos enfrentando alguns desafios que são novidades no Brasil. Qual é a novidade no Brasil? Primeiro, nós tivemos, em 1970, a época do “milagre brasileiro”, em que os eurodólares vieram aos montes para o nosso país; depois tivemos, no governo do Juscelino Kubitschek, o plano de metas sendo financiado pela entrada de capital estrangeiro; e depois, no primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso, em que se imaginava que vendendo as empresas públicas brasileiras nós iríamos ter dinheiro para fazer os investimentos em outras coisas.

Qual é o dado concreto? O dado concreto é que tudo isso resultou numa certa frustração histórica, ou seja, nós ficamos desabitutados a crescer neste país, sem inflação. Ou seja, há uma cultura estabelecida no povo brasileiro e, sobretudo, no governo e nos empresários brasileiros, de que só é possível crescer se tiver um pouco de inflação. Medir esse pouco de inflação é o nosso desafio. Para mim, 3,5%, 4% está ótimo, mas se passar de 10%, não passa a ser pouco, passa a ser muito, porque se permitirmos que a inflação volte a dois dígitos, a gente não sabe qual será o parâmetro em que ela vai parar.

Eu queria lembrar, aqui, a alguns companheiros que têm a minha idade ou a alguns mais novos, mas que se preocupam com a questão econômica deste país que, no governo do Juscelino Kubitschek, em que a gente cresceu a uma média de, se a gente medir todo o período, a gente vai perceber que o



crescimento do PIB de 7% foi acompanhado de uma inflação média de 25%. Se nós quisermos pegar o período do “milagre brasileiro”, em que nós chegamos a crescer, em 73, 13,94% do PIB, nós também tivemos uma inflação média acima de 15%.

Nós, agora, temos o desafio que está colocado para a área econômica do governo e, sobretudo, para a área política. E por que eu digo área econômica e área política? Porque a área econômica tem a obrigação de pensar tecnicamente e os políticos têm a obrigação de pensar politicamente. E, muitas vezes, o pensar politicamente nos leva a pensar que é possível gastar mais do que a gente pode gastar, mesmo sem ter recursos. Então, fazer essa combinação da seriedade com que a área econômica do País precisa para gerar a economia e disponibilizar a possibilidade de investimentos, sem abrir mão da responsabilidade fiscal e de controlar a inflação, combinar isso com a vontade que nós políticos temos de fazer as coisas acontecerem rapidamente é um desafio e não é uma coisa fácil de acontecer no nosso país.

Segundo, nós temos uma situação, neste momento, em que nós vamos depender muito mais da nossa capacidade de gerar recursos internos, de motivar o crescimento da poupança interna, de motivar os empresários brasileiros a construírem parcerias com o governo. Daí porque eu acho a história do pacto muito interessante e muito importante, e com este documento aqui nós vamos nos cobrar mutuamente para ver o que a gente é capaz de fazer com base nisso. Mas nós temos um problema hoje. Qual é o problema? É que nós não temos um mundo em que o Brasil é o país mais importante na atração de investimentos. Hoje, embora tenha muito dinheiro lá fora, nós temos competidores muito significativos, tais como China e Índia, e já não são mais Brasil, México e Argentina as grandes fontes de investimento do capital que está circulando pelo mundo.

Nós, então, precisamos competir com países poderosos, que oferecem muitas vezes coisas que nós não podemos oferecer, e nós temos que tentar



criar as mesmas condições. Esse é um desafio para o José Alencar, para o Furlan, para o Guido, para os economistas, para os planejadores do governo, porque se nós erramos o passo, a gente pode repetir erros que já foram cometidos tantas vezes na história do Brasil. Todos sabem quantas vezes nós acordamos de manhã vendo o Brasil ser um país promissor, o país do futuro, e passava o dia, dormia, acordava e no dia seguinte, com um plano furado, com um plano quebrado, a dívida havia aumentado, ou seja, a gente ia dormir rico e acordava pobre. Nós queremos fazer tudo, tudo que é preciso ser feito neste país sem inventar nenhuma mágica, porque mágica em economia não dá certo. Na economia o que prevalece é, primeiro, a disposição política de fazer as coisas. Segundo, a seriedade com que se faz as coisas neste país. Terceiro, a cumplicidade que nós temos que construir com a sociedade brasileira.

E aí eu volto ao setor da construção civil. Nós estamos analisando outras medidas para a construção civil, as que fizemos até agora foram importantes, mas não são suficientes para que a gente possa ajudar a dinamizar o setor. E eu fico extremamente feliz quando um grupo de empresários se articula e vem ao Palácio do Planalto, não fazer uma reivindicação específica do seu setor, mas propor um plano de trabalho e se oferecer para trabalhar junto com o governo na perspectiva de encontrar as soluções que o setor precisa.

Ontem – eu penso que nós vamos entrar para o Guinness Book – a reunião que nós fizemos sobre infra-estrutura, começamos às 9 horas da manhã e terminamos às sete horas da noite, sem intervalo para o almoço nem para o cafezinho. E por que nós fizemos isso? Porque eu estou convencido, e meus companheiros de governo estão convencidos, de que nós precisamos destravar o País. E tem várias coisas que precisam ser destravadas: são normas feitas há muito tempo que não têm mais sentido, regras que, se foram boas para a década de 70, não funcionam mais em 2006, tempo de processar as coisas que não funcionam, falta de técnicos para fazer o que a gente deseja



que seja feito. Às vezes, sequer há combinação entre os Ministros que elaboram os projetos, os que vão executar e os que vão dar licenciamento prévio, que às vezes imbricam.

Quando nós tomamos posse, nós pegamos 47 projetos de hidrelétricas que estavam contratados, mas que não tinham sequer licença prévia, que é a condição *sine qua non* para você poder fazer o projeto, para você fazer a obra. E aí, quando embarga uma obra, as pessoas, com muita facilidade, jogam a culpa no Meio Ambiente quando, na verdade, ele cumpre uma legislação que o Congresso Nacional aprovou. Ele cumpre normas, inclusive dizendo que se o cidadão do Ibama der um licenciamento prévio e o Ministério Público processá-lo, os seus bens serão indisponibilizados e ele vai ter que contratar advogado para não ser preso. O que ele faz? Ele sabe que todos nós somos passageiros, eles preferem tentar segurar o máximo possível para não fazer. E qualquer um de vocês faria o mesmo, porque na hora em que ele tiver que contratar advogado, não é o governo quem vai pagar, é ele, pessoalmente.

Então, quando eu falo “destravar a economia”, é pensar cada coisa que está atrapalhando o desenvolvimento, às vezes normas menores, mas que travam um projeto por seis, cinco meses. Cada vez que há o embargo de uma obra, demora um ano para ela começar outra vez. Então, é isso que eu chamo de destravar a economia, de tentar mudar regras que estão estabelecidas, que parecem imutáveis e que não são. Na hora em que a gente mexer, a gente vai ter um barulho aqui, outro barulho ali, mas nós temos que mexer. Por quê? Porque não é o presidente da República, o vice-presidente ou o ministro da Fazenda que quer que o Brasil cresça cinco ou mais por cento. É uma necessidade de atendimento das necessidades da sociedade brasileira, sobretudo para gerar perspectiva de emprego para milhões de jovens, porque as oportunidades que nós não oferecemos, o crime organizado oferece. E aí, não adianta a gente ficar lamentando as pessoas serem assaltadas, porque aquilo, normalmente, foi falta de oportunidade em algum momento da história



deste país.

Então, esse é o desafio que está colocado para nós. É por isso que nós vamos trabalhar quantas horas forem necessárias para que a gente possa produzir mudanças significativas no funcionamento da máquina pública, na economia brasileira, na infra-estrutura, para que a gente possa entrar no próximo ano tendo a certeza de que o Brasil finalmente encontrou o caminho para um crescimento sustentável, duradouro e que possa permitir, definitivamente, que o Brasil pense em se transformar numa grande potência econômica. Nós estamos precisando disso. Agora, só é possível se todo o setor empresarial fizer o que vocês fizeram, se todo o setor empresarial assumir, com um grau de otimismo, a responsabilidade de que o governo tem que fazer a sua parte, de que os empresários têm que fazer a parte deles, e juntos, empresários e governo, podemos fazer muito mais, porque é preciso passar otimismo para a sociedade brasileira.

Por fim, eu quero terminar agradecendo... Cuidado com o jantar para os funcionários do Ministério, porque não pode gastar mais de 100 reais com nenhum deles aqui. Devagar com a conta do jantar. Eu queria agradecer, sobretudo, à companheira Dilma Rousseff, porque nesse destravamento do Brasil, na verdade eu falo e ela trabalha. Quando na campanha eu falava “deixa o homem trabalhar”, na verdade, eu queria falar “deixa a mulher trabalhar”. É preciso participar de uma reunião para vocês verem onde a coisa trava. Não tem nenhum grande problema, é um amontoado de pequenos problemas, de vícios, que nós precisamos mudar. E posso dizer para vocês: nós vamos mudar. E posso dizer para vocês: se depender do governo, vocês vão atingir e ultrapassar a meta de crescimento do PIB de vocês.

Muito obrigado e boa sorte.